

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício o Banco apresentou um lucro de R\$ 384.671 mil, correspondente a R\$ 67.951,15 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 355.799 mil. Em 31 de dezembro de 2016 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 744.607,67 com aumento de 10,32% em relação ao exercício anterior, considerando o efeito do grupamento de ações mencionado na nota 20. **Índice de Basileia:** O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do

Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2016, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 18,49%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 4.545.962 mil e o Patrimônio de Referência Auditado de R\$ 2.428.123 mil. **Gerenciamento de Risco:** O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <http://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/sg/finance>. A divulgação

das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678 também estão disponíveis no *site* acima. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado Financeiro, sendo composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 13 de março de 2017.

São Paulo, 13 de março de 2017.
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)			
	Nota	2016	2015
Ativo			
Circulante		31.784.795	32.665.646
Disponibilidades	5	954.998	108.599
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	17.803.471	6.287.781
Aplicações no mercado aberto		17.803.471	6.198.175
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	89.606
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	7.693.806	16.165.730
Carteira própria		3.021.639	6.525.758
Vinculados a compromissos de recompra		123.679	746.930
Vinculados à prestação de garantias		3.183.174	6.128.114
Instrumentos financeiros derivativos		1.365.314	2.764.928
Relações interfinanceiras e interdependências		18.685	39.855
Depósitos no Banco Central		18.666	39.832
Outros		19	23
Operações de crédito	9	414.019	704.458
Empréstimo de ações		93.068	30
Setor privado		321.475	707.691
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(524)	(3.263)
Outros créditos		4.896.480	9.353.664
Carteira de câmbio	11	4.170.853	8.139.514
Rendas a receber		24.997	22.449
Negociação e intermediação de valores	10	505.574	1.030.494
Diversos	12 (a)	197.572	163.248
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(2.516)	(2.041)
Outros valores e bens		3.336	5.559
Outros valores e bens		-	769
Despesas antecipadas		3.336	4.790
Realizável a longo prazo		2.313.890	2.272.458
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	1.150.669	1.090.744
Vinculados à prestação de garantias		149.510	-
Instrumentos financeiros derivativos		1.001.159	1.090.744
Operações de crédito	9	207.945	175.384
Setor privado		209.383	175.533
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.438)	(149)
Outros créditos		955.276	1.006.330
Rendas a receber		455	562
Diversos	12 (a)	962.813	1.013.379
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(7.992)	(7.611)
Permanente		1.183.728	1.079.486
Participações		1.037.600	924.193
Investimentos em controladas no país	13	1.036.235	923.381
Outros investimentos		1.735	1.182
Provisão para perdas		(370)	(370)
Imobilizado de uso		140.401	144.856
Imóveis de uso	14	89.352	89.308
Outras imobilizações de uso		122.906	114.673
Depreciações acumuladas		(71.857)	(59.125)
Intangível	15	5.727	10.437
Outros ativos intangíveis		5.727	10.437
Total do ativo		35.282.413	36.017.590

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	Segundo semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016 2015
Receitas da intermediação financeira		1.783.911	3.799.176 3.396.494
Operações de crédito		69.892	138.001 135.254
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.714.019	3.661.175 3.261.240
Despesas da intermediação financeira		(1.344.265)	(2.847.105) (4.495.052)
Operações de captações no mercado		(626.032)	(1.251.045) (723.654)
Operações de empréstimos e repasses		(256.182)	2.186.955 (3.507.843)
Resultado de operações de câmbio		267.866	(122.434) 2.010.243
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8 (f)	(731.597)	(3.659.577) (263.360)
Reversão/(Provisão) para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9 (e)	1.680	(1.004) (195)
Resultado bruto da intermediação financeira		439.646	952.071 911.685
Outras receitas (despesas) operacionais		(180.060)	(361.064) (494.338)
Receitas de prestação de serviços	23 (f)	192.463	346.990 315.034
Despesas de pessoal		(346.634)	(650.261) (765.318)
Resultado de participações em controladas	13	101.917	179.333 161.763
Outras despesas administrativas	23 (c)	(107.139)	(206.231) (202.178)
Despesas tributárias		(40.770)	(80.931) (82.879)
Outras receitas operacionais	23 (d)	47.034	112.690 138.529
Outras despesas operacionais	23 (d)	(26.932)	(62.655) (59.289)
Resultado operacional		259.586	591.007 417.347
Resultado não operacional		(844)	(1.602) 207
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		258.742	589.405 417.554
Imposto de renda e contribuição social	19	(77.995)	(182.825) (40.894)
Provisão para imposto de renda		(29.650)	(30.074) (93.614)
Provisão para contribuição social		(23.740)	(24.036) (65.480)
Ativo fiscal diferido		(24.605)	(128.715) 118.200
Participações no lucro	23 (e)	(11.597)	(21.908) (20.861)
Lucro líquido do semestre/exercício		169.149	384.671 355.799
Número de ações	20	5.661	5.661 56.625.110
Lucro por ação no final do semestre/exercício - R\$		29.879,78	67.951,15 6,28

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)										
Nota	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
		Reserva de atualização de títulos patrimoniais	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial			
Em 31 de dezembro de 2014		2.453.981	214	24.939	311	149.383	844.768	(1.337)	-	3.472.249
Pagamento baseado em ações	22	-	-	-	1.547	-	-	-	(10)	1.547
Transferência de reserva		-	(214)	-	214	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação do ajuste ao valor de mercado		-	-	-	-	-	-	(7.746)	-	(7.746)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	355.799	355.799
Destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	(338.009)	-
Reserva legal	20	-	-	-	-	17.790	-	-	(17.790)	-
Reserva estatutária	20	-	-	-	-	-	338.009	-	(338.009)	-
Em 31 de dezembro de 2015		2.453.981	-	24.939	2.072	167.173	1.182.777	(9.083)	-	3.821.849
Pagamento baseado em ações	22	-	-	-	2.389	-	-	-	-	2.389
Atualização de reservas de capital		-	-	-	552	-	-	-	-	552
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação do ajuste ao valor de mercado		-	-	-	-	-	-	10.703	-	10.703
Grupamento de ações	20	-	-	-	-	-	(10)	-	(4.930)	(4.940)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	384.671	384.671
Destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	20	-	-	-	-	19.234	-	-	(19.234)	-
Reserva estatutária	20	-	-	-	-	-	365.437	-	(365.437)	-
Em 31 de dezembro de 2016		2.453.981	-	24.939	5.013	186.407	1.548.204	1.620	(4.940)	4.215.224
Em 30 de junho de 2016		2.453.981	-	24.939	2.624	167.173	1.182.767	(525)	215.522	(4.940) 4.041.541
Pagamento baseado em ações	22	-	-	-	2.389	-	-	-	-	2.389
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação do ajuste ao valor de mercado		-	-	-	-	-	-	2.145	-	2.145
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	-	169.149	169.149
Destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	20	-	-	-	-	19.234	-	-	(19.234)	-
Reserva estatutária	20	-	-	-	-	-	365.437	-	(365.437)	-
Em 31 de dezembro de 2016		2.453.981	-	24.939	5.013	186.407	1.548.204	1.620	(4.940)	4.215.224

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			
	Nota	Segundo semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016 2015
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		93.762	334.025 72.729
Lucro líquido do semestre/exercício		169.149	384.671 355.799
Ajuste ao lucro líquido		(75.387)	(50.646) (283.070)
Constituição/(Reversão) de provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa	9 (c)	(1.680)	1.004 195
Depreciações e amortizações		7.398	14.967 14.208
Baixa do intangível - <i>impairment</i>		4.710	4.710 639
Resultado de participações em controladas	13	(101.917)	(179.333) (161.763)
Provisões para contingências		21.311	43.569 43.500
Atualização de depósitos judiciais		(30.658)	(65.880) (61.725)
Constituição/(Reversão) de ativo fiscal diferido		24.605	128.715 (118.200)
Prejuízo na alienação de imobilizado		844	1.602 76
Variação de ativos e obrigações		3.843.698	5.554.253 913.106
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		35.594	89.606 (44.993)
Redução/(Aumento) em T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)		1.098.249	2.249.503 (1.085.027)
Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências (ativas/passivas)		86.539	48.030 (18.529)
Aumento em depósitos		849.902	808.969 616.162
Aumento em captações no mercado aberto		1.097.255	1.402.466 1.170.471
Redução em operações de crédito		225.478	259.328 54.739
Redução/(Aumento) em outros créditos		3.383.049	4.433.247 (3.077.210)
Redução/(Aumento) em outros valores e bens		3.362	2.223 (2.230)
Aumento/(Redução) em outras obrigações		(3.063.625)	(3.773.765) 3.202.295
Imposto de renda e contribuição social pagos		(22.279)	(151.101) (55.609)
Recebimento de juros sobre o capital próprio		57.375	57.375 -
Aumento em resultados de exercícios futuros		341	292 174
Juros recebidos		92.458	128.080 152.863
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		3.937.460	5.888.278 985.835
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso		(9.943)	(12.114) (10.187)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(9.943)	(12.114) (10.187)
Atividades de financiamento			
(Redução)/Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(458.230)	6.645.072 (10.869.423)
Juros pagos		(48.475)	(69.541) (45.436)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades de financiamento		(506.705)	6.575.531 (10.914.859)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		3.420.812	12.451.695 (9.939.211)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		15.337.657	6.306.774 16.245.985
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	5	18.758.469	18.758.469 6.306.774
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		3.420.812	12.451.695 (9.939.211)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco" ou "Instituição"), localizado em São Paulo, está autorizado a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e câmbio. As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas pela Administração em 13 de março de 2017. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **3. Principais práticas contábeis:** (a) **Apuração do resultado:** É apurado pelo regime de competência. (b) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros e operações de swaps, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios: • Títulos públicos federais, títulos privados, *swaps* e termos: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para ações: cotação de fechamento divulgada pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa). • Opções: modelo de precificação *Black & Scholes* e modelos internos, quando o modelo *Black & Scholes* não é aplicável. • Futuros: cotações e taxas publicadas pela BM&FBovespa. • Para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apuração previstos pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apuração adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. • CVA (*Credit Valuation Adjustment*): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte, quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle. **(b) Risco operacional:** É o risco de perda resultante da gestão inadequada de processos ou sistemas, falhas humanas ou eventos externos, que não estejam relacionados a risco de crédito ou mercado. O Risco operacional é parte das atividades do Conglomerado e pode se manifestar de diferentes formas, incluindo, mas não se limitando a atos fraudulentos, interrupção de negócios, comportamento inadequado de colaboradores, falha no cumprimento de leis e regulamentos, ou falha na prestação de serviços por parte de terceiros contratados. Estes eventos podem resultar em perdas financeiras, litígios, multas ou outras penalidades. Para monitorar e controlar os riscos operacionais, o Conglomerado possui um arcabouço definido para manter um ambiente de risco controlado. Os quatro componentes principais deste arcabouço são: governança, identificação de risco, avaliação, monitoramento e medição. A área de Gestão de Risco é responsável por definir e prescrever o arcabouço para as linhas de negócios e para as funções corporativas, e por exercer uma supervisão independente de sua implementação cuja responsabilidade é das linhas de negócio. O Conglomerado mantém uma supervisão das políticas, práticas e governança de risco operacional. A gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles que incluem medidas, ferramentas e disciplinas que são específicas para este risco e utilizadas em todo o Conglomerado. Estas ferramentas incluem análise de perdas operacionais e eventos de risco, suas causas, relatórios específicos e planos de ação, métricas de controle entre outros. Os comitês de governança são definidos e estruturados de forma a dar transparência a informação e permitir escalar eventos e riscos significativos e garantir a solução dos problemas relacionados a estes riscos operacionais identificados. **(c) Risco de liquidez:** É definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O grupo responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez utiliza mecanismos que incluem a projeção do fluxo de caixa futuro e a manutenção de limites mínimos a serem aplicados em ativos de alta liquidez do grupo. **(d) Risco de crédito:** É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte. As principais atribuições da Área de Crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (*rating*) e aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos. **(e) Gerenciamento de capital:** É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos e planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico. As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado; utilizar sistemas adequados de monitoramento através de referidos periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 954.998 (2015 – R\$ 108.599) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 17.803.471 (2015 – R\$ 6.198.175) (Nota 6).

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2016	2015
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas.....	17.803.471	6.198.175
Posição bancada.....	10.871.569	1.304.064
Posição financiada.....	6.912.172	4.853.220
Posição vendida.....	19.730	40.891
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	89.606
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez.....	<u>17.803.471</u>	<u>6.287.781</u>

7. Títulos e Valores Mobiliários - TVM**(a) Classificação e composição da carteira**

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado em 2016	Valor de mercado em 2015
Títulos para negociação	6.125.214	13.295	6.138.509	12.952.342
Carteira própria.....	2.831.134	522	2.831.656	6.525.758
LFT.....	17.240	57	17.297	123.745
LTN.....	675.871	202	676.073	2.153.025
NTN-B.....	16.244	126	16.370	60.003
NTN-C.....	55	-	55	52
NTN-F.....	56.841	(63)	56.778	186.679
Debêntures.....	196.365	-	196.365	268.470
Cotas de fundos de investimentos.....	1.865.666	-	1.865.666	3.733.309
Ações.....	2.852	200	3.052	475
Vinculados à prestação de garantias.....	3.171.024	12.150	3.183.174	5.679.654
LFT.....	1.996.958	4.226	2.001.184	838.424
LTN.....	912.139	5.918	918.057	4.413.607
NTN-B.....	153.105	1.203	154.308	289.554
NTN-C.....	3.525	(81)	3.444	3.116
NTN-F.....	105.297	884	106.181	134.953
Vinculados a compromissos de recompra.....	123.056	623	123.679	746.930
LTN.....	123.056	623	123.679	746.930
Títulos disponíveis para venda	336.670	2.823	339.493	448.460
Carteira própria.....	189.938	45	189.983	-
LTN.....	189.938	45	189.983	-
Vinculados à prestação de garantias.....	146.732	2.778	149.510	448.460
LTN.....	146.732	2.778	149.510	448.460
Total da carteira de TVM.....	6.461.884	16.118	6.478.002	13.400.802

(b) Cotas de fundos de investimentos: As cotas de fundos de investimento estão representadas, basicamente, por aplicações do Banco em um fundo de investimento exclusivo, cuja composição da carteira é demonstrada abaixo:

	Ativo/(Passivo) 2016	Ativo/(Passivo) 2015
Fundo de investimento - exclusivo	1.862.587	3.720.210
Títulos e valores mobiliários.....	1.852.244	3.830.500
Ações.....	25.703	49.955
LTN.....	1.338.893	3.439.997
LFT.....	-	2.499.997
NTN-B.....	858.835	-
Cretores por empréstimos de ações.....	(620.574)	(2.184.858)
Direitos por empréstimos de ações.....	249.387	25.409
Mercado futuro.....	170	(7.742)
Futuro - DJ.....	59	6
Futuro - Índice.....	152	(6.565)
Futuro - ISP.....	(41)	(1.183)
Swap.....	(27.726)	(25.190)
Swap.....	(27.726)	(25.190)
Opções.....	29.506	(45.331)
Ações.....	37.598	43.079
Ibovespa.....	538	(44.253)
Flexíveis.....	(8.630)	(44.564)
Futuro.....	-	407
Diversos.....	8.285	(32.148)
Valores a (pagar)/receber.....	8.285	(32.148)
Disponibilidades.....	108	121
Outros fundos.....	3.079	13.099
Total Cotas de fundos de investimento.....	1.865.666	3.733.309

(c) Composição por prazos de vencimentos - TVM

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria.....	3.052	2.757.740	137.642	12.051	111.154	3.021.639
Vinculados à prestação de garantias.....	-	46.904	749.412	1.231.044	1.305.324	3.332.684
Vinculados a compromissos de recompra.....	-	-	-	-	123.679	123.679
Total da carteira - 2016.....	3.052	2.804.644	887.054	1.243.095	1.540.157	6.478.002
Total da carteira - 2015.....	475	10.041.070	1.486.330	1.265.744	607.183	13.400.802

8. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2016	Valor nominal 2015
Operações de swap.....	1.193.892	1.683.430	32.952.531	73.146.828
Taxa de juros.....	181.524	250.266	2.614.492	6.477.224
Moeda.....	422.600	744.554	16.725.569	58.260.084
Outros.....	612.201	688.610	13.612.470	8.409.520
Ajustes prudenciais*.....	(22.433)	-	-	-
Operações com opções.....	204.612	205.467	12.698.312	22.818.304
Compra de opção.....	204.612	-	6.331.060	11.409.338
Compra de dólar.....	32.570	-	3.239.192	7.601.577
Compra de índice de ação.....	4.102	-	136.795	248.250
Compra de ação.....	20.217	-	227.035	939.812
Venda de dólar.....	125.515	-	2.359.866	2.294.869
Venda de índice de ação.....	3.176	-	115.268	264.039
Venda de ação.....	19.218	-	252.904	60.791
Ajustes prudenciais*.....	(186)	-	-	-
Venda de opção.....	-	205.467	6.367.252	11.408.966
Compra de dólar.....	-	32.533	3.242.101	7.589.313
Compra de índice de ação.....	-	7.045	136.795	248.250
Compra de ação.....	-	24.058	210.239	942.971
Venda de dólar.....	-	125.511	2.359.867	2.307.855
Venda de índice de ação.....	-	2.878	166.228	264.039
Venda de ação.....	-	13.442	252.022	56.538
Operações com futuros.....	46.541	184.509	85.634.537	110.672.903
Posição comprada.....	5.676	183.730	48.947.124	45.720.905
Cupom cambial - DDI.....	-	154.186	15.359.997	11.510.598
DI de 1 dia.....	4.814	1.132	31.176.095	30.394.044
Dólar.....	-	28.412	2.246.274	3.816.263
Cupom IPCA.....	862	-	164.758	-
Posição vendida.....	40.865	779	36.687.413	64.951.998
Selic - OC1.....	3	32	9.360.587	35.225.587
Cupom cambial - DDI.....	38.561	-	5.021.837	19.026.911
DI de 1 dia.....	1.513	747	21.989.436	9.926.869
Dólar.....	549	-	56.742	544.589
Cupom IPCA.....	239	-	258.811	228.042
Operações a termo.....	35.588	35.753	35.751	1.053.215
Posição comprada - títulos.....	20.439	20.602	20.602	481.301
Posição vendida - títulos.....	15.149	15.151	15.149	571.914
Outros derivativos.....	932.381	1.150.120	26.785.961	26.958.700
Moedas.....	895.011	1.108.343	25.492.524	26.123.800
Outros.....	38.375	41.777	1.293.437	834.900
Ajustes prudenciais*.....	(1.005)	-	-	-

* Referem-se a ajustes de CVA, precificação e/ou liquidez conforme descrito na Nota de práticas contábeis (Nota 3 (b)).

Os valores a receber e a pagar de operações de swap, operações a termo, opções e outros derivativos estão registrados na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e de operações de futuros na rubrica de "Negociação e intermediação de valores". Os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de mercado 2016	Valor de mercado 2015
Ativo.....	2.385.737	(19.320)	2.366.473	3.855.672
Operações de swap.....	1.209.537	(15.645)	1.193.892	1.380.018
Operações a termo.....	35.751	(163)	35.588	1.055.515
Prêmio de opções.....	218.738	(14.126)	204.612	271.469
Outros derivativos.....	921.767	10.614	932.381	1.148.670
Passivo.....	3.015.006	59.764	3.074.770	9.141.314
Operações de swap.....	1.631.529	51.901	1.683.430	5.945.258
Operações a termo.....	35.751	2	35.753	1.054.861
Prêmio de opções.....	217.166	(11.699)	205.467	268.068
Outros derivativos.....	1.130.560	19.560	1.150.120	1.873.127

(c) Composição do valor nominal por vencimentos

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 2016	Total 2015
Operações de swap.....	7.137.714	6.516.389	11.888.245	7.410.183	32.952.531	73.146.828
Operações com opções - Comprada.....	778.710	3.429.129	2.123.221	-	6.331.060	11.409.338
Operações com opções - Vendida.....	765.707	3.383.321	2.218.224	-	6.367.252	11.408.966
Operações de futuros - Comprada.....	20.457.172	4.371.678	17.776.509	6.341.765	48.947.124	45.720.905
Operações de futuros - Vendida.....	13.363.610	4.546.072	15.481.145	3.296.586	36.687.413	64.951.998
Operações a termo - Comprada.....	20.602	-	-	-	20.602	481.301
Operações a termo - Vendida.....	15.149	-	-	-	15.149	571.914
Outros derivativos.....	11.077.688	11.601.681	1.564.081	2.542.511	26.785.961	26.958.700

(d) Valor nominal por local de negociação

	Bolsas	Balcão (Cetip/Selic)	Total 2016	Total 2015
Operações de swap.....	9.557.433	23.395.098	32.952.531	73.146.828
Operações com opções - Comprada.....	23.116	6.307.944	6.331.060	11.409.338
Operações com opções - Vendida.....	57.684	6.309.568	6.367.252	11.408.966
Operações de futuros - Comprada.....	48.947.124	-	48.947.124	45.720.905
Operações de futuros - Vendida.....	36.687.413	-	36.687.413	64.951.998
Operações a termo - Comprada.....	-	20.602	20.602	481.301
Operações a termo - Vendida.....	-	15.149	15.149	571.914
Outros derivativos.....	-	26.785.961	26.785.961	26.958.700

(e) Valor nominal por contraparte

	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidação	Total 2016	Total 2015
Operações de swap.....	17.965	13.699.954	1.372.177	8.405.002	9.457.433	32.952.531	73.146.828
Operações de opções.....	99.316	5.499.499	571.005	6.447.691	80.801	12.698.312	22.818.304
Operações de futuros.....	-	-	-	-	85.634.537	85.634.537	110.672.903
Operações de termo.....	-	35.751	-	-	-	35.751	1.053.215
Outros derivativos.....	21.724	18.074.798	608.776	8.080.663	-	26.785.961	26.958.700

(f) Resultado por produto

	Resultado líquido 2016	Resultado líquido 2015
Operações de swap.....	(5.152.659)	2.050.406
Operações de opções.....	5.914	50.468
Operações de futuros.....	(282.558)	(1.653.571)
Operações a termo.....	(820)	777
Outros derivativos.....	1.7	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Participações em sociedades controladas

	J.P. Morgan S.A. DTVM	J.P. Morgan CCVM S.A.	Total 2016	Total 2015
Participação no capital integralizado - %	100,00	100,00	-	-
Patrimônio líquido	397.931	638.304	-	-
Lucro líquido contábil do exercício	77.133	34.700	-	-
JCP pago durante o exercício	23.500	44.000	-	-
Resultado de participações em controladas	100.633	78.700	179.333	161.763
Valor contábil do investimento	397.931	638.304	1.036.235	923.381

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 09 de dezembro de 2016 foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio pelas empresas J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ao Banco no montante bruto de R\$ 23.500 e R\$ 44.000, respectivamente (Nota 3 (j)). O imposto de Renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 10.125.

14. Imobilizado de uso: "Imóveis de uso" estão representados por edificações, no valor de R\$ 43.148 (2015 – R\$ 43.105) e terrenos, no valor de R\$ 46.203 (2015 – R\$ 46.203). "Outras imobilizações de uso" estão representadas, principalmente, por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 81.466 (2015 – R\$ 70.938), e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 39.291 (2015 – R\$ 39.554).

15. Ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição da carteira da J.P. Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda, no valor de R\$ 3.227 (2015 – R\$ 7.937) e aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (2015 – R\$ 2.500). Para avaliação do valor recuperável do ativo intangível (teste de *impairment*) foi utilizada a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios futuros. Com base nessa avaliação, o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período foi de R\$ 4.710 (2015 – R\$ 639).

16. Depósitos e captações:**(a) Depósitos**

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total 2016	Total 2015
Depósitos à vista	158.437	-	-	-	-	158.437	227.770
Depósitos interfinanceiros	1.913.865	-	-	-	-	1.913.864	2.031.325
Depósitos a prazo	647.148	689.219	872.039	756.107	349	2.964.863	1.969.100
Total	2.719.450	689.219	872.039	756.107	349	5.037.164	4.228.195

(b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	3 a 12 meses	Total 2016	Total 2015
Operações compromissadas carteira própria	121.109	-	121.109	743.540
Operações compromissadas carteira de terceiros	6.912.172	-	6.912.172	4.853.220
Operações compromissadas carteira livre movimentação	19.982	-	19.982	41.241
Captações COE	13.761	1.178	14.939	27.735
Total	7.067.024	1.178	7.068.202	5.665.736

17. Obrigações por empréstimos no exterior: São representadas por recursos captados em instituições financeiras do J.P. Morgan Chase Bank no exterior, sendo R\$ 10.422.374 (2015 – R\$ 3.836.129) com vencimentos entre janeiro de 2017 e agosto de 2017. Em dezembro de 2015, as operações possuíam vencimento até outubro de 2016. As taxas de juros variam de 0,43% até 0,9% ao ano (2015 – 0,23% até 0,7%). De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações do BACEN, em 31 de dezembro de 2016, o Banco considerou, para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax. Por outro lado, na mesma data-base o Banco possui operações com derivativos negociados em Bolsa de Valores realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido à variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial seria um aumento de R\$ 26.282 (2015 – diminuição de R\$ 25.840).

18. Passivos contingentes e obrigações legais: As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2016	2015	2016	2015
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais	751.283	708.608	383.929	361.268
Cíveis	21.478	21.780	115.508	102.431
Trabalhistas	24.821	33.618	38.677	45.631
Total	797.582	764.006	538.114	509.330

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e previdenciárias		Total em 2016	Total em 2015
			Obrigações legais e outros passivos contingentes	Total em 2016		
Saldo inicial	102.431	45.631	361.268	509.330	473.485	
Despesas financeiras – juros	14.491	2.676	22.661	39.828	39.955	
Constituições	20	3.721	-	3.741	3.545	
Reversões	(601)	(351)	-	(952)	(5.363)	
Pagamentos	(833)	(13.000)	-	(13.833)	(2.292)	
Saldo final	115.508	38.677	383.929	538.114	509.330	

(c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais: A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98; (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/2009, a Instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 28% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia, em outubro de 2014, a R\$ 1.240.477, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de julho de 2014, em razão da publicação da Lei nº 12.973, que reabriu o Programa de Anistia específico para PIS e COFINS devido por instituições financeiras, previsto no artigo 39 da Lei nº 12.865, a Instituição revisou seus processos de PIS e COFINS e incluiu os casos remanescentes de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base) no referido Programa de Anistia, tendo quitado tais débitos na modalidade de pagamento à vista. No mês de outubro de 2014, por decisão da Instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. No momento, aguarda-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos. **(d) Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes:** A Instituição também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 169.616 (2015 – R\$ 139.916); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 114.829 (2015 – R\$ 109.522); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmaturalização da Bovespa e BM&F e da CETIP, no valor de R\$ 828 (2015 – R\$ 775); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 33.188 (2015 – R\$ 31.233); e (v) outros casos que totalizam R\$ 9.165 (2015 – R\$ 8.539). **(e) Ações trabalhistas:** Referem-se a ações trabalhistas contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 131.020 (2015 – R\$ 86.915). **(f) Ações cíveis:** O Banco J.P. Morgan S.A. é parte em processos judiciais e administrativos de natureza civil decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Banco J.P. Morgan S.A. possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços. As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais. Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Banco J.P. Morgan por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. O tema dos Planos Econômicos ainda depende de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Contudo, alguns Ministros do Supremo se declararam impedidos para julgar a matéria, resultando na falta de quórum necessário. Com isso, não há previsão para a solução final. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 2.379 (2015 – R\$ 5.283).

19. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2016	2015
Diferenças temporárias	261.620	396.497
Contingências	49.423	50.287
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.577	9.299
Provisão para honorários advocatícios	5.198	4.164
Provisão para participação nos lucros	76.432	92.263
Marcação a mercado – TVM e derivativos	38.630	140.791
Unidades de ações restritas – RSU	78.135	93.341
Outros	5.225	6.352
Total de créditos tributários – ativo	261.620	396.497

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 28.566 (2015 – R\$ 220.434) sobre diferenças temporárias e R\$ 23.218 (2015 – R\$ 53.494) sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, tendo sido realizado R\$ 163.443 (2015 – R\$ 75.209) sobre diferenças temporárias e R\$ 23.218 sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL. A previsão de realização dos créditos tributários no montante R\$ 261.620 é estimada em 33% no 1º ano, 15% no 2º e 3º ano, 12% no 4º ano, 6% no 5º ano, 4% do 6º ao 9º ano e 3% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 189.042 (2015 – R\$ 252.121). O valor de créditos tributários não ativos sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, monta a R\$ 104.604 (2015 – R\$ 127.822). A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	2016	2015
Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzida a participação nos lucros	567.497	396.693
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(255.374)	(178.512)
Resultado de participação em controladas	50.324	72.794
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(12.130)	(3.498)
Compensação ativo fiscal diferido	23.218	27.039
Efeito CSLL (5%)	10.705	40.682
Outros	432	601
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	72.549	137.618
Resultado de IRPJ e CSLL no exercício	(182.825)	(40.894)

20. Patrimônio líquido: O capital social está dividido em 5.661 (2015 – 56.625.110) ações nominativas, sendo 5.470 (2015 – 54.707.958) ordinárias e 191 (2015 – 1.917.152) preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Os acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. Em 29 de janeiro de 2016, os acionistas do Banco, em AGE, aprovaram o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais em uma proporção de 10.000 ações existentes para 1 ação da mesma espécie, nos termos do artigo 12 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. O lucro por ação foi de R\$ 67.951 e o valor patrimonial por ação foi de R\$ 74.608. Desconsiderando o evento do grupamento de ações, o lucro por ação seria de R\$ 6,79 e o valor patrimonial por ação seria de R\$ 74,4. Em 3 de fevereiro de 2016, o Banco publicou Aviso aos Acionistas para comunicá-los sobre os procedimentos a serem adotados e o tratamento a ser destinado às frações de ações resultantes do grupamento, bem

como o prazo para ajuste de posição acionária. Este evento tornou-se efetivo em 3 de abril de 2016 e foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 20 de maio de 2016. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Os acionistas optaram pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, conforme deliberado em Reunião da Diretoria realizada em 29 de dezembro de 2016 e 22 de dezembro de 2015 respectivamente. **21. Transações com partes relacionadas (Grupo J.P. Morgan):** As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. As entidades J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários são empresas controladas pelo Banco JP Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo financeiro JP Morgan. As demais entidades são empresas coligadas do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	2016		2015	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Disponibilidade em moeda estrangeira	951.043	-	108.599	-
JP Morgan Chase Bank London - GMI	-	-	4.876	-
JPMorgan Chase Bank National Association	951.043	-	103.723	-
Aplicação em moeda estrangeira	-	18	-	2.649
JPMorgan Chase Bank National Association	-	18	-	2.649
Instrumentos financeiros derivativos	(118.587)	674.801	(1.330.505)	(11.256)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(140.711)	1.276	(24.043)	(85.715)
Lawton Multimercado	48.174	673.525	(1.306.462)	74.459
JP Morgan Overseas Capital Corporation	(26.050)	-	-	-
Serviços prestados a receber	(19.332)	(172.977)	8.691	184.426
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.	55	9673	55	331
JPMorgan Chase Bank, National Association	3.248	46.053	3.692	46.062
J.P. Morgan Securities LLC	10.775	68.603	2.257	21.360
J.P. Morgan S.A. DTVM	644	5.233	-	-
J.P. Morgan CCVM S.A.	1.576	12.801	-	-
JPMorgan Ast Mgt EUR	146	290	181	1.522
JP Morgan Overseas Capital Corporation	-	6.885	-	9.629
Lawton Multimercado	2.888	32.449	2.506	9.812
JP Morgan Limited	-	-	-	8.044
J.P. Morgan Securities PLC – Paris Branch	-	-	-	587
JP Morgan Whitefriars	-	-	-	87.079
Outros valores a receber/(a pagar)	(1.539)	1.521	(584)	-
J.P. Morgan CCVM S.A.	(716)	-	(473)	-
JPMorgan Asset Management (Europe) S.à r.l.	-	1.522	-	-
JP Morgan Overseas Capital Corporation	-	-	(111)	-
J.P. Morgan Securities LLC	7	(9)	-	-
JPMorgan Chase Bank, National Association	2.248	25	-	-
Chase Manhattan Holdings Limitada	-	(17)	(105)	-
Depósitos à vista	(6.555)	-	(7.977)	-
Lawton Multimercado	(2.421)	-	(90)	-
Chase Manhattan Holdings Limitada	(267)	-	(105)	-
JPMorgan Gavea Gestão de Patrimônio	(253)	-	(46)	-
HCM Participações Brasil Ltda.	(284)	-	(4.946)	-
J.P. Morgan CCVM S.A.	(2.191)	-	(910)	-
J.P. Morgan S.A. DTVM	(343)	-	(189)	-
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(46)	-	(282)	-
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	(92)	-	(16)	-
Norchem Holdings e Negócios S.A.	(35)	-	(62)	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.	(455)	-	(50)	-
Gaborone Participações Ltda.	(66)	-	(14)	-
OEP BRASIL Ltda.	(50)	-	(1.267)	-
JP Morgan Overseas Capital Corporation	(52)	-	-	-
Depósitos a prazo	(111.973)	(12.691)	(4.532)	(111.567)
OEP BRASIL Ltda.	(52)	(249)	(1.231)	(161)
Gaborone Participações Ltda.	(2.260)	(283)	(2.110)	(110)
Lawton Multimercado	(1.016)	(1.790)	(1.191)	(111.296)
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(30.733)	(3.476)	-	-
JPMorgan Gavea Gestão de Patrimônio	(21.413)	(2.090)	-	-
HCM Participações Brasil Ltda.	(56.499)	(4.803)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(1.913.864)	(286.448)	(2.031.325)	(257.530)
J.P. Morgan S.A. DTVM	(931.296)	(152.961)	(893.273)	(136.562)
J.P. Morgan CCVM S.A.	(544.613)	(73.714)	(605.762)	(64.168)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(437.955)	(59.773)	(532.290)	(56.800)
Obrigações por operações compromissadas	(1.624.638)	(365.282)	(2.685.361)	(115.425)
J.P. Morgan S.A. DTVM	-	(15)	-	-
J.P. Morgan CCVM S.A.	(104.953)	(3.380)	-	(5.306)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(12.051)	(7.097)	-	(5.554)
Lawton Multimercado	(1.507.634)	(354.468)	(2.685.361)	(104.565)
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(10.422.080)	(51.893)	(3.836.129)	(21.583)
JPMorgan Chase Bank, National Association	(10.422.080)	(51.893)	(3.836.129)	(21.583)
Negociação e intermediação de valores	(13.179)	(2.864)	(411.966)	(798)
J.P. Morgan CCVM S.A.	13.813	(2.864)	(411.966)	(798)
JP Morgan Overseas Capital Corporation	(26.276)	-	-	-
Operações de Câmbio	510	12.931	14.925	16.537
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	510	12.931	14.925	16.537
Despesa de pessoal	(117.130)	(42.538)	(147.258)	(57.153)
JPMorgan Chase & CO.	(117.130)	(42.538)	(147.258)	(57.153)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável

de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 20 de março de 2017

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Banco"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 31 de dezembro de 2016, destacam-se: **a.** a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; **b.** a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Banco as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela Administração do Banco, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o

estabelecimento de políticas internas e seu monitoramento, o processo de autoavaliação de controles pelas diversas áreas do Banco, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Banco, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro 2016.

São Paulo, 13 de março de 2017.